

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013183-79.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Abatimento proporcional do preço**  
 Requerente: **Sandro Nini Rossette**  
 Requerido: **Estrozi Motors Ltda e outro**

**SANDRO NINI ROSSETTE** ajuizou ação contra **ESTROZI MOTORS LTDA E CLAODEMIRO DE JESUS ROSSIGNOLO**, pedindo a condenação dos réus ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais causados. Alegou, para tanto, que adquiriu o veículo Mercedes Benz/E 350, placas EPF-5001, do segundo réu, sendo que referido negócio contou com a intermediação da primeira ré. Contudo, logo após a aquisição, o automóvel começou a apresentar um problema no ar condicionado, que somente se manifestou quando ele estava viajando para a cidade de São Paulo. Após diversas tentativas frustradas de solução do imbróglio em oficinas locais, levou o automóvel até a concessionária Mercedes Benz localizada em São Paulo/SP, a qual elaborou um laudo técnico apontando a origem do problema, providenciando, em seguida, o seu conserto. Por conta disso, suportou um prejuízo total de R\$ 10.039,29.

Os réus foram citados e contestaram os pedidos.

Claodemiro de Jesus Rossignolo aduziu em preliminar a inépcia da petição inicial e a falta de interesse processual. No mérito, afirmou que o bem foi entregue ao comprador em perfeito estado de funcionamento, que inexistia prova do vício oculto alegado pelo autor e que eventual problema no automóvel decorreu do seu desgaste natural.

Estrozi Motors LTDA defendeu, preliminarmente, a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da lide e, no mérito, a responsabilidade exclusiva do vendedor por eventuais vícios existentes no bem.

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

Na decisão de saneamento do processo, reconheceu-se a inépcia da petição inicial no tocante ao pedido de indenização por danos morais, repeliram-se as preliminares arguidas e deferiu-se a produção de prova documental e testemunhal.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Foi ouvida uma testemunha na audiência de instrução e julgamento.

Encerrada a instrução, as partes apresentaram suas alegações finais.

### **É o relatório.**

### **Fundamento e decidido.**

Os elementos probatórios constantes indicam que o veículo Mercedes Benz/E 350, placas EPF-5001, apresentava um vício oculto em seu sistema de ar condicionado, que o tornava impróprio ao uso a que era destinado. Com efeito, o laudo técnico juntado às fls. 26/28 demonstra a existência de uma falha no sistema de ar condicionado do veículo, sendo necessária a *"substituição do compressor do ar condicionado e o elemento secante, assim como a descontaminação do sistema"*. Além disso, a testemunha ouvida em juízo confirmou que o automóvel apresentara referido problema, tanto que aplicara uma carga de gás no sistema, embora tal procedimento não tenha solucionado o vício existente (fl. 153).

Por outro lado, os réus não apresentaram nenhuma prova que pudesse infirmar o documento trazido pelo autor ou a prova testemunhal produzida. Ao contrário disso, a ré Estrozi Motors LTDA confirmou que foram realizadas diversas tentativas de solução do imbróglio pela via extrajudicial (fl. 116), razão pela qual não há como se questionar a efetiva existência do defeito relatado na petição inicial.

É fato que no momento da aquisição de um veículo seminovo o comprador deve adotar as cautelas necessárias para verificar o estado do bem, haja vista o desgaste natural de suas peças com o uso normal e o decurso do tempo. No caso em questão, entretanto, é inviável afirmar que o vício existente era presumível e decorrente de um desgaste natural do sistema do ar condicionado, haja vista tratar-se de automóvel de padrão e qualidade elevados, produzido por uma das fabricantes mais conceituadas do mercado, e também por não ser comum tal defeito, ainda mais em tão curto espaço de tempo, com uma quilometragem inferior à 65.000 km.

Além disso, o autor sequer poderia ter se precavido no momento da compra, pois referido vício somente se manifestava após o ar condicionado permanecer ligado por certo período de tempo. Conclui-se, assim, que realmente se tratava de vício oculto de difícil constatação, que preexistia ao tempo da celebração do contrato e que somente se manifestou após a conclusão do negócio.

Para o conserto do bem, o autor comprou ter suportado os seguintes gastos: R\$ 2.770,00 (fl. 51) e R\$ 6.465,00 (fl. 52). Já em relação ao serviço descrito na nota fiscal

## P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

eletrônica de fl. 25, não é caso de considerá-lo como despesa decorrente do conserto do ar condicionado, haja vista que a própria pessoa responsável pela sua execução confirmou que a aplicação da carga de gás ocorrera a pedido do autor, sem ao menos ter sido realizada a prévia constatação da origem do problema (fl. 153).

Incumbe ao réu Claodemiro Rossignolo reembolsar o autor pelos prejuízos decorrentes do conserto do automóvel, sendo sua responsabilidade calcada no princípio da garantia, segundo o qual todo vendedor deve assegurar o uso da coisa alienada ao fim a que é destinada.

Com relação à responsabilidade da ré Estrozi Motors LTDA, é incontroverso nos autos que ela atua como revendedora de veículos e, nesta qualidade, recebeu em consignação o automóvel Mercedes Benz/E 350, placas EPF-5001, até então pertencente ao réu Claodemiro Rossignolo. Assim, é evidente que aos olhos do consumidor a empresa ré figurava como fornecedora do produto, respondendo, então, pelos vícios existentes no veículo alienado, em função da prestação de serviço com defeito. De fato, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos (artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor). Prestou um serviço ao consumidor final, na intermediação de compra e venda de um produto (veículo usado), ensejando prejuízo.

De tal modo, *"ainda que o automóvel tenha sido deixado em consignação na loja pelo mencionado anterior proprietário, o fato é que ao 'intermediar' tal alienação a empresa requerida tornou-se responsável objetivamente por eventuais prejuízos que viessem a ser causados a terceiros"* (Apelação nº 0052070-08.2011.8.26.0002, 17ª Câmara Extraordinária de Direito Privado, Rel. Des. Carlos Nunes, j. 12.05.2015).

Se indenizar o consumidor, terá direito de regresso contra quem a contratou, exatamente Claodemiro, proprietário do veículo.

Diante do exposto, **acolho o pedido remanescente** e condeno os réus a pagarem para o autor a importância de R\$ 9.235,00, com correção monetária a partir da data de cada desembolso e juros moratórios à taxa legal, contados desde a época da citação inicial.

Condeno os réus ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios da patrona do autor fixados em 15% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 18 de maio de 2018.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**